



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b>			
<b>EVENTO:</b> Reunião ordinária	<b>REUNIÃO Nº:</b> 12/2014	<b>DATA:</b> 11/2/2014	
<b>LOCAL:</b> Plenário 7 das Comissões	<b>INÍCIO:</b> 16h51min	<b>TÉRMINO:</b> 17h37min	<b>PÁGINAS:</b> 20

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**SUMÁRIO**

Apreciação e deliberação de requerimentos.

**OBSERVAÇÕES**

Há intervenção fora do microfone. Inaudível.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Havendo quórum regimental, declaro aberta a presente reunião.

Nós temos como item de pauta apreciação de requerimentos e discussão dos últimos fatos relativos ao Município de Coari. Também há fatos novos, nós vamos fazer essa discussão. Mas, em primeiro lugar, vamos discutir os requerimentos.

Item 1 da pauta.

Requerimento nº 167, de 2014, da Deputada Liliam Sá, que requer sejam convocados para prestar depoimento em reunião desta CPI os suspeitos de exploração sexual de crianças e adolescentes listados abaixo, que foram citados na Operação Estocolmo, realizada na cidade de Manaus no ano de 2012, e denunciados na última semana pelo Ministério Público do Estado do Amazonas.

Em votação.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sra. Presidente, já que tem a relação, é bom a gente saber os nomes das pessoas que estão nela colocadas, porque senão fica genérico demais.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Sim.

Nós vamos ler, então: Aldamor Rodrigues, Anílson Jaime Rodrigues, Asclepiades da Costa, Casemiro Peixoto Vieira, Fausto de Souza Neto, Francisco Ferraz Feitoza, Janaína Tomaz Ribeiro, Jian Marcos Dalberto, José Roberto Afonso, Luciana Canoe Silva, Oscar Cruz Hagge, Pablo Thiago Gomes, Paulo Sérgio Montenegro, Raimundo Sales Pedrosa, Tayla Silva de Souza, Vitorio Nyenhuis, Walcimar de Souza, Waldery Areosa Ferreira, Waldery Areosa Júnior e Wilkens Maciel Fernandes.

Estes são os nomes das pessoas das quais o requerimento solicita a convocação.

Em votação. *(Pausa.)*

As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento foi aprovado.

Item 2.

Requerimento nº 168, de 2014, da Sra. Liliam Sá, que requer seja enviado à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos ofício solicitando informações



acerca de denúncias sobre maus-tratos a funcionários da SEJUS, Amazonas, por oficiais da Polícia Militar lotados nessa Secretaria, como também da possível retirada de um posto da SEJUS, Amazonas, na rodoviária da cidade de Manaus, que funciona como fiscalizador de embarque de crianças e adolescentes.

O requerimento é da Deputada Liliam Sá, como também é de sua autoria o outro, aqui já aprovado.

Em votação. *(Pausa.)*

As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento foi aprovado.

São esses os dois requerimentos que estavam na pauta.

Vencido o primeiro item da Ordem do Dia, nós passaremos para o segundo: discussão da questão do Município de Coari.

Acho que todas e todos estão acompanhando que o Prefeito do Município de Coari foi preso — é uma prisão preventiva — em função da constatação de que houve, numa ação provocada pelo Ministério Público e deferida pelo Tribunal de Justiça, dificuldade de que o processo carregasse a isenção necessária com a presença do Prefeito utilizando-se, segundo denúncias, da máquina pública.

Nós temos várias denúncias que apontam para a coação, a intimidação, a ameaça a pessoas, inclusive com utilização da máquina pública. Porque há denúncias que indicam que as pessoas estariam sendo ameaçadas de perder as suas casas, porque a Prefeitura iria destruir essas casas para passar uma rodovia naquele local; denúncias de que pessoas concessionárias de barracas em feiras perderiam a concessão. Enfim, toda sorte de denúncias. Inclusive, nós temos pessoas no Programa de Proteção às Testemunhas — essa inclusão foi provocada pela própria CPI —, adolescentes, inclusive, no PPCAM, em função do risco que estariam correndo.

No dia de ontem foi metralhada a casa de uma testemunha. É uma situação extremamente grave.

Eu quero submeter à CPI que nós possamos requerer ao Ministério da Justiça, através da Polícia Federal, quem sabe até analisar a possibilidade de um deslocamento da Força Nacional, proteção às pessoas no Município de Coari. É



uma luta, eu diria — e dizemos desde o início —, da barbárie *versus* o Estado Democrático de Direito. Nessa casa que foi metralhada, felizmente, não houve nenhuma vítima. Mas nessa casa foi deixada também uma mensagem dizendo que esta seria uma semana de recrudescimento de toda a força bruta que se instalou naquele Município.

Portanto, nós, se não houver nenhum óbice, iremos...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sra. Presidente, acrescento também comunicação ao Governador do Estado, responsabilizando-o também, e ao Ministério Público, para que tomem as medidas cabíveis, discutidas aqui.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Sim.

Então, nós vamos encaminhar com essa denúncia, solicitando providências do Ministério da Justiça, da Força Nacional e da Polícia Federal. Vamos solicitar ações do Governo do Estado, inclusive da Polícia Civil, submetida ao Governo do Estado, do Ministério Público, pedindo as providências necessárias para podermos assegurar a manutenção, o estabelecimento e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, e para que não se instale a barbárie, o temor e, em verdade, o ódio expresso naquele Município.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E solicitando proteção também para os familiares, porque, no caso, houve a casa metralhada,...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - ... assegurando proteção para todos os membros dessa...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Deputado Luiz Couto, nós vamos solicitar à Secretaria Especial de Direitos Humanos — é outro posicionamento, é outra providência — a inclusão dessas pessoas que foram ameaçadas dessa forma, que sofreram esse atentado, no Programa de Proteção às Testemunhas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Com certeza.

Mas antes, porque houve uma demora, solicitar ao Governador do Estado que seja dada a devida segurança a essas pessoas, para que não venha a ocorrer outra...



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos solicitar providências do Governo do Estado, mas também vamos solicitar que haja avaliação ou que haja a inclusão dessas pessoas que foram ameaçadas, sofreram esse atentado nos programas de proteção do Governo Federal, que têm sido eficazes.

Eu queria aqui realçar a parceria desta CPI com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, que se tem colocado absolutamente à disposição. Provocada que foi pela CPI em agosto do ano passado, já incluiu pessoas no Programa de Proteção, solicitou ao CNJ a inclusão do caso de Coari no programa Justiça Plena, como, de fato, foi.

Ontem mesmo a Ministra Maria do Rosário esteve com o Corregedor do Conselho Nacional de Justiça — nós estivemos presentes também. Foi uma audiência marcada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ali nós conversamos largamente com o Corregedor e conversamos largamente com o Relator de um dos casos em que se pede a punição de uma juíza — nós já discutimos o caso dela aqui nesta CPI — que era da Comarca de Coari. Há denúncias de que ela teria provocado algum favorecimento ao Prefeito do Município. Inclusive, há confirmação por parte de pessoas da Prefeitura de que a Prefeitura arcava com o aluguel da juíza e arcava também com o transporte, com uma série de despesas pessoais da juíza naquela Comarca.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - E o marido tinha cargo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - O marido tem um cargo ou tinha um cargo.

Essa juíza foi removida, porque ela sofreu um processo no CNJ, o Relator solicitou sua aposentadoria compulsória, mas a deliberação do Pleno do CNJ foi no sentido de removê-la do Município de Coari. Mas não há nenhuma dúvida de que a Prefeitura arcava com uma série de despesas dela. Isso aí foi assumido. Várias pessoas, várias autoridades de Amazonas diziam: *“Não, mas é isso mesmo! Tem que fazer isso, porque nós precisamos levar juízes para o interior e há uma dificuldade.”*

Isso é um atentado, a naturalização de um atentado contra o Estado Democrático de Direito e contra a lógica republicana e a própria transparência, essa promiscuidade entre os Poderes, na perspectiva de proteger uma pessoa que



carrega 70 processos, quatro deles a respeito de exploração sexual... Mas carrega por volta de 70 processos. Então, nós estivemos na Corregedoria e ali nos foi dito que houve uma solicitação do CNJ — Conselho Nacional de Justiça para o deslocamento de competência dos processos relativos ao Prefeito de Coari para a Justiça Federal, representando, portanto, a federalização.

Esta CPI, em expediente assinado por mim e pela Relatora Deputada Liliam Sá, já havia feito essa provocação no final do ano passado para o Procurador-Geral da República. Hoje tive oportunidade de estar lá com outra pauta, a respeito da utilização pela mídia do estímulo ao ódio, em função de um assassinato que houve aqui de uma pessoa por ser negro e pobre.

E nós estivemos nessa pauta hoje com o Deputado Jean Wyllys, da Frente Parlamentar de Direitos Humanos, e aproveitamos para falar da importância da avaliação, o mais rapidamente possível, obviamente, sem querer interferir nas dinâmicas e no ritmo estabelecido por outro Poder, para a apreciação desse processo de deslocamento de competência e da federalização.

De toda sorte, os processos que dizem respeito aos crimes sexuais do Prefeito de Coari já estão no programa Justiça Plena, o que significa que terão transparência e prioridade, qualquer que seja o foro, qualquer que seja o espaço de apreciação.

Essa já é uma decisão do Conselho Nacional de Justiça e, portanto, nós já temos assegurada essa celeridade, essa prioridade a esse processo, porque diz respeito aos direitos de crianças e adolescentes; quanto mais moroso for o processo, mais riscos correm outras crianças e outros adolescentes de serem vítimas de crime de exploração sexual.

Nós estaremos no Município de Coari e no Município de Manaus nos dias 20 e 21 deste mês, na próxima semana. Nós já entramos em contato com a FAB, que vai disponibilizar uma aeronave para partirmos de Manaus, nas primeiras horas da quinta-feira, do dia 20, para o Município de Coari.

Nós não vamos sozinhas, vamos estar acompanhadas por uma Força Tarefa que será organizada pelo CONANDA, porque nós tivemos uma pauta com o CONANDA para expor a questão de Coari no fim do ano passado.



Então, o CONANDA vai estar conosco. Nós estaremos, portanto, acompanhados do CONANDA.

Nós também formalizamos o convite — é preciso formalizar, fazer por ofício —, já solicitamos ao Corregedor do Conselho Nacional de Justiça que envie um representante ou uma representante do Conselho, do CNJ para nos acompanhar nessa visita. Acho que é importante, precisamos formalizar isso.

Do ponto de vista da Secretaria da CPI, nós temos que encaminhar essa questão da casa metralhada para os órgãos que já foram nominados aqui. Nós vamos solicitar também a participação do CNJ nessa diligência nos dias 20 e 21. Nós precisamos oficializar isso aí, porque já foi feito verbalmente.

Portanto, eu vou abrir para ver se os Parlamentares...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não, é só V.Exa. colocar em votação essas atribuições.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu só gostaria de saber se algum Parlamentar presente gostaria de discutir essas proposições. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, nós vamos proceder à votação desses encaminhamentos. Dos requerimentos, no que diz respeito à ameaça, ao atentado que sofreu uma testemunha.

Os requerimentos são para o Governador do Estado, o Ministério da Justiça, para o Ministério Público, o Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas, para que sejam tomadas providências no sentido de proteção, e também para a Secretaria Especial de Direitos Humanos, para que possa proteger as pessoas que foram vítimas do atentado no dia de ontem.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Para encaminhar...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - O segundo procedimento seria formalizar convite ao CNJ para que componha a Força Tarefa que se deslocará para os Municípios de Coari e Manaus nos próximos dias 20 e 21.

Nós vamos sair daqui, provavelmente, às 22h50min, na noite do dia 19, e vamos, de manhã cedo, estar em avião da FAB nos deslocando para o Município de Coari. Ali será feita toda uma agenda que, depois, será disponibilizada. Os Parlamentares podem interferir nela.

Antes de proceder à votação... É para discutir o assunto?



**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - É para discutir o assunto.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu passo para a Deputada Liliam Sá, para que, depois, nós possamos votar os requerimentos.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Boa tarde aos Srs. Deputados e à imprensa presentes. Eu quero fazer algumas colocações e colocar também um ofício para a apreciação de V.Exas.

Esta noite, eu estive analisando os processos nos quais o Adail foi apontado, e estou fazendo ao Presidente do TJ do Amazonas, Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa, requerendo que ele passe uma informação que é necessária para a CPI no sentido de a gente saber o que se encontra dentro daqueles processos do Adail, porque até agora nós não sabemos direito, já que eles se recusaram que os nossos advogados acompanhassem toda a tramitação dos processos.

Então, eu estou fazendo assim, mas quero colocar para a apreciação de V.Exas. Se quiserem colocar outra coisa aqui, a gente vai colocar, para poder entregar ao TJ do Amazonas.

*“Exmo. Sr. Presidente,*

*A Comissão Parlamentar de Inquérito - Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, por intermédio de sua Deputada Presidente e de sua Deputada Relatora, vem, respeitosamente, à presença de V.Exa., informar e requerer o que segue:*

*a) É do conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito que no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, tramita desde o ano de 2009, a Ação Penal nº 0001707-64.2013.8.04.0000” — que a gente chama Processo 1707 —, “cujos réus são as pessoas de Manoel Adail Amaral Pinheiro (Prefeito do Município de Coari-AM), Maria Lândia Rodrigues dos Santos, Adriano Teixeira Salan, Eudes de Souza Azevedo e Osglébio Fernandes da Gama (Vulgo ‘CANARANA’);*





*b) Que as ações praticadas pelo Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro se encontram no âmbito das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito - Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes;*

*c) Que os fatos descritos na denúncia penal, aliados com as denúncias recentes de que os crimes sexuais, praticados pelo Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro e seu grupo, contra menores pobres brasileiras na Cidade de Coari-AM, continuam a ocorrer.*

*A Comissão Parlamentar de Inquérito - Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com fulcro no Art. 58, § 3º, da Constituição Federal, vem solicitar a Vossa Excelência, que seja informado, em caráter de urgência, os números de todas as ações penais em face do Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro que se encontrem em tramitação neste Tribunal de Justiça, bem como os crimes pelos quais o mesmo foi denunciado.*

*Na certeza de contar com o apoio de V.Exa., aproveitamos para reiterar nossos protestos de elevada estima e consideração.”*

Por que nós estamos fazendo isso? Deixem eu explicar.

Consta nos nossos autos que, nesse Processo 1707, o Sr. Adail estaria para responder ao art. 227 do Código Penal, ao art 228 do Código Penal e ao art. 229. Mas nós não sabemos o que tem a mais dentro desse processo. Por quê? O art. 227 fala em exploração sexual de crianças e adolescentes, mas em fala maiores de 14 anos e menores de 18 anos — isso seria 14, 15 e 16; o art. 228 fala em lascívia; o art. 229, em casa de prostituição, que não é o caso dele. Então, aqui, o que a gente está vendo é que ele vai acabar saindo impune desses crimes.

Ele teria que estar enquadrado no art. 217-A, que é estupro de vulnerável, que não aparece, porque as denúncias são de meninas de 9, 10, 11 e 12 anos de idade. Então, ele teria que ter alguma coisa no art. 217-A, no art. 218-A, e no art. 219 do Código Penal.



Então, nós estamos requerendo ao Tribunal de Justiça esclarecimentos, porque nós não sabemos o que tem dentro do processo, já que eles se recusaram a enviar para a gente — está em sigilo, e nós não sabemos. Quando nós estivemos lá, eles só deram o 244-A, que também fala de exploração sexual, mas fica uma coisa muito subjetiva.

Nós queremos trazer esta contestação da CPI em relação aos crimes contra Adail, porque não se fala em estupro de vulnerável de maneira alguma, em nenhum desses processos, e nós queremos saber se o Ministério Público acatou. Com a resposta do TJ, aí sim nós vamos provocar o Ministério Público nessa questão.

Outra coisa que eu gostaria de pedir aqui aos Srs. Deputados é que nós possamos provocar também a OAB, do Conselho Federal, que até agora não se manifestou, e a Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB. O Presidente é advogado do Adail, mas isso não impede que a OAB se manifeste, certo? Ainda mais sendo a Comissão Nacional de Direitos Humanos. Nós queremos provocar.

Eu estive com o Procurador-Geral da República — PGR, e o Presidente Rodrigo Janot está esperando a CPI nessa questão. Ele precisa conversar com a CPI. Eu estive lá para tratar de outro assunto, e foi abordado. Ele está aguardando a CPI, o mais rápido possível, porque nós precisamos tomar outros tipos de providências relativas à PGR.

E também quero pedir a esta Comissão que chame novamente o Canarana para ser ouvido, devido a alguns pronunciamentos que ele fez após estar na CPI.

E quero pedir também proteção especial, um reforço especial para a CPI nestes dias em que nós vamos estar em Coari e em Manaus, para que não aconteça o que aconteceu da outra vez: o Sr. Adail estava em procedimento médico e nós fomos vítimas de um assédio desnecessário de funcionários daquela Prefeitura, e teve gente que ia prestar depoimento, pessoas, que nós tivemos que ouvir separadamente. As pessoas tiveram que fazer todo um trâmite para poder entrar, porque o povo não queria deixar essas pessoas entrarem. Teve pessoas que foram ameaçadas de morte, saíram dali escoltadas pela CPI para prestar depoimento.

Então, como essa casa foi metralhada, nós não sabemos o que nos espera, o que eles estão tramando para receber a CPI nestes dias. Então, a gente precisa de um aparato especial da polícia para proteger os membros da CPI, e também do



CNJ, que vai estar com a gente, o CONANDA e todos os atores que estão envolvidos neste esquema, nesta força tarefa que vai a Coari e a Manaus.

Então, eram essas as nossas considerações. O que aconteceu é gravíssimo, Erika Kokay. Eu assino embaixo, o mais rápido possível, para tomar essas providências que V.Exa. colocou na pauta para serem aprovadas. Isto aqui é para assinar, e a gente entregar este ofício o mais rápido, para saber quais são realmente os processos a que o Adail está respondendo e por que não aparece o estupro de vulnerável.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Vamos, então, proceder aos encaminhamentos.

Nós vamos proceder à votação dos ofícios acerca do atentado ao Governador do Amazonas, ao Procurador-Geral da República e do Estado do Amazonas, ao Ministério da Justiça, para ter reforço da Polícia Federal e da Força de Segurança Nacional, e também para a Secretaria Especial de Direitos Humanos, na perspectiva de que as pessoas que foram vítimas dos atentados possam ser incluídas nos programas de proteção.

Ponho em votação.

Os Deputados e Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Os requerimentos foram aprovados.

Agora, o requerimento da Deputada Liliam Sá, dirigido ao Presidente do Tribunal de Justiça, para que nós tenhamos acesso aos processos, e solicitando uma série de esclarecimentos.

Em votação.

Os Deputados e Deputadas que se colocam favoráveis permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O requerimento, as propostas da Deputada Liliam Sá também foram aprovadas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sra. Presidente, só para saber se, nesta prisão atual, o Adail foi preso pela Polícia Federal.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu não tenho notícia. Ele foi...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Pelo vídeo que apareceu muito rápido foi conduzido pela Polícia Federal também.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Também.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Então, no momento, deve se pedir também, já que há fatos novos que foram elencados, abertura de inquérito, através da Polícia Federal.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Inquérito?

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - É. Já que essas questões todas...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Inquérito acerca dos atentados?

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Claro.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Ah, sim, claro. Nós vamos pedir.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E também das denúncias novas que foram colocadas, se ele está em prisão preventiva, ou seja, de fato, foi aberto um inquérito. Então, a Polícia Federal deverá também abrir um novo inquérito. E essas questões podem ser também encaminhadas à Polícia Federal do Amazonas.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos fazer o seguinte, Deputado Luiz Couto: nós vamos relatar o fato, a prisão; relatar o atentado; pedir as providências, a abertura de inquérito, se assim for necessário; e pedir fundamentalmente a proteção, a atuação da Polícia Federal. A Polícia Federal tem sido muito parceira desta CPI. Não há nenhuma diligência que nós tenhamos feito em que nós não tenhamos tido o acompanhamento e a proteção da Polícia Federal.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - A Deputada Liliam pede informações dos processos já existentes contra o Adail. Nós estamos também pedindo, no caso — lembrando, eu sei que a Polícia Federal está fazendo, nós não negamos isso, acho importante —, que essas questões que foram levantadas pela Deputada Liliam também possam ser encaminhadas. É essa preocupação de que, nos processos anteriores, ela não tem a informação de que... Ou seja, houve um crime que foi a questão do estupro de vulneráveis. Esse é um fato que chama a atenção.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Sim, nós vamos. Podemos proceder a isso e encaminhar também à Polícia Federal.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Claro.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Então, gostaria de pedir aos Parlamentares que estão de acordo que permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado também o requerimento do Deputado Luiz Couto.

Nós vamos também oficialiar ao CDDPH, para que ele possa analisar. Ao CDDPH, ao Ministério Público Federal e ao próprio CNJ, à Corregedoria do CNJ, nós vamos oficialiar e solicitar inclusive que os nossos advogados, os representantes desta CPI, para acompanhamento dos processos, possam ter acesso aos processos. Nós estivemos com o Presidente do Tribunal, o Presidente do Tribunal foi de acordo, esteve de acordo com isso. Se não me falha a memória, ele mesmo sugeriu que nós pudéssemos encaminhar, indicar pessoas da CPI para acompanhar a tramitação do processo.

E nós fizemos isso, submetemos um nome ao Pleno da CPI. Os nomes foram devidamente aprovados, encaminhamos para o Tribunal de Justiça e, depois, recebemos uma notificação de que, aos representantes da CPI — foi sugestão do próprio Presidente do Tribunal que pudessem acompanhar o processo —, estava sendo negado o acesso aos processos. Não se acompanham processos sem ter acesso a eles.

Então, nós vamos, se todos estiverem de acordo, estou sugerindo, como disse a Deputada Liliam, encaminhar ao CDDPH. Já foi feito verbalmente. O Deputado Jean Wyllys e eu participamos dessa reunião com a presença do CDDPH. Mas que nós pudéssemos encaminhar à Corregedoria, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Corregedor, ao Procurador-Geral da República e ao próprio CDDPH a solicitação de que sejam tomadas as providências necessárias para que os nossos advogados tenham acesso aos processos.

Então, vamos colocar em votação.

Os Deputados e Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Este requerimento também, estes ofícios encaminhados por esse órgão também foram aprovados.



Eu gostaria de saber se mais algum Parlamentar membro desta CPI quer fazer uso da palavra.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Eu só estou preocupada com a questão da segurança da CPI, porque tinha 4 mil funcionários fazendo uma manifestação: *“Fora CPI! Fora CPI!”* E a Polícia Militar deixava essas pessoas chegarem até perto da gente e não deixava... O outro grupo que queria fazer denúncias não chegava perto da gente, e sim aquele grupo — tipo vista grossa.

Quando nós chamamos o coronel Norte, conversamos com ele e falamos, eu mesma junto com... Ele é casado com uma Delegada da cidade e a cunhada dele é a Juíza da Infância. Só para terminar, só para relatar...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - A cunhada dele é a juíza que foi alvo de um processo no CNJ por favorecimento?

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Sim.

Então, quando nós questionamos o coronel, falamos assim: *“Por que vocês estão deixando esse grupo chegar até a gente, ficar aqui fazendo essa manifestação, e as outras pessoas que querem denunciar não conseguem passar? Aí, o senhor vai ser chamado à responsabilidade do seu cargo, o papel do seu cargo”*. Aí, no outro dia, eles afastaram as pessoas, mandaram as pessoas embora. Nós tivemos que pedir um reforço. Veio um reforço de Manaus.

Então, nós não sabemos o que nós vamos encontrar, já que metralharam a casa de uma pessoa que é testemunha no caso.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Sim.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Então, é uma questão... Erika, nós sabemos, eu tenho a filmagem do que nós passamos lá. Foi muito constrangedor. O próprio Chefe de Gabinete do Adail estava com um cartaz *Fora CPI!* E ali estavam os secretários dele. Teve ponto facultativo na Prefeitura.

Então, essas pessoas, quando agora se sentem ameaçadas de perderem o seu emprego, porque são pessoas que necessitam de emprego — pessoas —, e, sabendo que ele está na cadeia... E ele faz aquele discurso de que é um santo, que ele dá casa, dá cesta básica, aquelas coisas todas do assistencialismo. Essas pessoas podem estar completamente revoltadas nesse sentido, sendo instigadas a intimidar a CPI novamente.



Com a palavra Jean Wyllys. Eu te passo.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Sem querer minimizar o risco real que há para a CPI de uma violência contra os membros da CPI, sem querer minimizar, isso aconteceu num momento em que as denúncias não eram públicas, ou seja, em que os olhos do País não estavam voltados para ela como estão agora, Deputada. Não que a gente não tenha que ter um reforço de segurança. Mas eu quero dizer que aquela ação não vai se repetir, porque as pessoas estão constrangidas também publicamente, agora que as denúncias se tornaram públicas.

Também aproveito para dizer que esse próprio ato organizado, orquestrado para rejeitar a CPI, deveria ser objeto de investigação, porque eram funcionários públicos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Foi! Foi! Foi! Nós fizemos a denúncia e encaminhamos ao Ministério Público, encaminhamos a todos os órgãos competentes. E dissemos inclusive que isso atentava contra uma lei da década de 50 que criminaliza toda postura contrária ao bom funcionamento de uma CPI. É uma lei da década de 50. É de 1952. Nós votamos essa lei.

Bom, enfim, feitos estes procedimentos eu vou ler aqui, mas eu não queria fazer esta discussão aqui. Os Deputados que quiserem fazer algum tipo de modificação que procurem a Secretaria da CPI, porque é uma proposta que pode ser modificada: nós vamos sair daqui às 22h50min da quarta-feira; nós vamos, às 9 horas da manhã do dia 20, embarcar para Coari, num avião da FAB — já está acordado, já está reservado —; às 10h30min, nós vamos tomar alguns depoimentos, reservados; às 15 horas, nós vamos fazer algumas diligências sigilosas; às 17 horas, nós vamos embarcar de volta. Eu sugeriria aqui também que a gente fizesse uma reunião com as entidades de defesa de direitos lá do Município de Coari. Enfim, nós retornamos para Manaus por volta das 17 horas; às 19 horas, nós vamos realizar uma audiência pública no Estado do Amazonas, na Assembleia Legislativa.

Para o dia 21, nós estamos sugerindo uma audiência com o Presidente do Tribunal de Justiça, mais uma vez; nós temos uma audiência com o Ministério Público, com o Procurador-Geral do Ministério Público do Amazonas; às 14h30min, nós vamos colher depoimentos acerca da Operação Estocolmo, esses que nós aprovamos aqui no dia de hoje — então, nós vamos colher —; e o retorno se dará



na madrugada do sábado — às 4h40min, nós vamos embarcar de volta para Brasília, no sábado. Então, nós vamos ficar até tarde da noite no...

E, por fim, antes que nós possamos proceder ao encerramento, eu gostaria de socializar com os membros da CPI um ato, uma decisão da Mesa Diretora, da Direção-Geral da Casa que, se for cumprida, vai prejudicar os trabalhos da CPI.

Primeiro, eles proíbem, estão proibindo o pagamento de hora extra aos servidores. Servidores viajam conosco, nós ficamos até meia-noite, 10 horas, madrugada, enfim, e nós não podemos dizer que esses servidores não podem receber horas extras. E há também uma deliberação de que os trabalhos da CPI se encerrem às 18 horas, exatamente para que não se pague hora extra.

Então, eu penso que a Mesa Diretora, a Direção-Geral não pode interferir nos trabalhos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mormente uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tem feito tantos enfrentamentos e que tem tido tantos resultados ainda antes da construção ou da deliberação do seu relatório.

Então, eu sugiro que, se os Deputados e Deputadas estiverem de acordo, possamos marcar uma reunião com o Diretor-Geral ou com o Presidente da Casa ou com o 1º Secretário acerca disso. A Casa está querendo reduzir o gasto com as horas extras, penso eu, e, nesse sentido, estabeleceu esse horário, que dificulta os trabalhos da CPI.

Nós já colhemos depoimentos aqui que vararam a noite, porque são depoimentos importantes. Você não pode condicionar os trabalhos da CPI à necessidade da Casa de não pagar hora extra, que é um valor absurdamente diminuto. Diminuto! Nós temos poucos servidores, e o valor é extremamente irrisório.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - É verdade.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Portanto, eu sugiro, se todos estiverem de acordo, que nós marquemos uma reunião com o 1º Secretário e que nós possamos dizer que a CPI precisa trabalhar sem esse tipo de restrição, que pode dificultar o seu próprio trabalho.

Portanto, nós não podemos assegurar, sem prejuízo, sem que tenhamos o risco de ter prejuízos nos trabalhos da CPI, que nós, às 18 horas... É muito mais barato você continuar do que você pagar diária para os depoentes que vêm aqui e tal, enfim. Então, se você for fazer uma avaliação de custo...





**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Hotel.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Se você vai pagar hotel, enfim, deslocamento de passagem e tal para os depoentes, é muito mais barato que a gente possa adentrar algumas horas depois das 18 horas para colher todos os depoimentos do que estar assegurando mais uma diária, assegurando a permanência desses depoentes aqui no Distrito Federal.

Então, se todos estiverem de acordo, eu solicito à Secretaria da CPI que possa fazer um agendamento com o 1º Secretário. E, se não resolver, nós podemos nos dirigir ao Presidente. Eu acho que nós temos bom senso. A gente tem sempre buscado economizar dos cofres públicos, colher os depoimentos, aproveitar as viagens, potencializar; a gente entra até tarde da noite para colher todos os depoimentos. Enfim, trabalhamos de uma forma muito intensa, muito árdua para inclusive não ter deslocamento de pessoas para cá e tal.

Nós temos uma preocupação com os cofres públicos, sem nenhuma dúvida, mas nós não podemos simplesmente aceitar, sem fazer qualquer tipo de contraponto a esse tipo de resolução, sem que nós tenhamos a perspectiva de estarmos cerceando e dificultando os trabalhos da CPI.

Eu penso que é até ofensivo aos membros da CPI acreditar que nós podemos nos enquadrar... Que a gente, quando extrapola o horário das 18 horas, faz de forma perdulária, o que não é verdade, não corresponde aos fatos.

Então, eu vou colocar em votação se nós marcamos ou solicitamos essa audiência com o 1º Secretário da Casa.

Os Deputados e Deputadas que estiverem de acordo com que a gente possa agendar, com este teor que aqui foi exposto por esta Presidência, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Então, o requerimento, ou seja, a sugestão foi aprovada e passa a ser uma sugestão oficial da CPI.

Solicito à Secretaria da CPI que possa agendar essa reunião com o 1º Secretário, que nós informaremos a todos os Deputados.

Nós vamos encaminhar esta sugestão para os gabinetes, esta agenda, e os Parlamentares que quiserem opinar, nós temos tempo para poder fazer as modificações necessárias.



Deputado Jean Wyllys.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Sra. Presidenta, antes de encerrar a sessão, tem alguma resposta da reunião do Rio de Janeiro?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Nós temos aqui uma resposta da Secretaria de Direitos Humanos sobre a explanação que lá foi feita. Aqui eles dizem:

*“Cumprimentando-a cordialmente, informo que o CDDPH é um colegiado para promoção de defesa dos direitos. A principal atribuição do CDDPH consiste no recebimento de denúncias e na investigação, em conjunto com as autoridades locais e competentes, de informações sobre o caso de violações de direitos humanos no Brasil”.*

Na verdade, não é da Secretaria dos Direitos Humanos, é da Coordenadora Geral do CDDPH.

*“Em reunião realizada no dia 4 de fevereiro, recebemos a denúncia da CPI sobre o desaparecimento de 17 crianças do Rio de Janeiro e da possível negligência por parte da Polícia Civil do Estado. Diante dos fatos narrados, restou acordado o envio para este Conselho de um relatório sobre o tema. Reforçamos nossa disposição de nos somar à CPI na apuração das denúncias, reiterando os processos”.*

Então, veja, na verdade, não foi um relato. Nós vamos encaminhar as notas taquigráficas das audiências que foram públicas. E nós solicitaríamos inclusive aos Deputados que pudessem... Teve um relato da reunião que a Deputada Liliam e o Deputado Jean... Se você puder mandar esse relato para a gente encaminhar, sobre os compromissos que foram feitos pela... Nós vamos também colher das notas taquigráficas do relatório oral que foi feito aqui, Deputado Jean.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Eu mando o relatório das deliberações.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - E nós vamos encaminhar as notas taquigráficas.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Tá.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - E vamos oficializar à Delegada Martha Rocha...

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Sim.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - ... porque ela ficou de nos dar uma resposta...

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Isso.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - ... no prazo de 1 mês?

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - É, agora em fevereiro.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Agora em fevereiro.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Agora em fevereiro.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Ela está voltando do recesso, e, a partir de segunda-feira, já está lá.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Então, pronto, a CPI já pode cobrar da Delegada Martha Rocha uma data para a reunião, para ela dar a resposta da força-tarefa que ela montou, e eu encaminho para a CPI o relatório da reunião que nós fizemos, eu e Liliam.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Então, veja, vamos tomar o seguinte procedimento: nós vamos solicitar formalmente — é o que eu estou passando para a Secretaria da CPI — que ela agende a reunião de retorno para que ela possa expor as conclusões e enfim...

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Da força-tarefa.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - ... e os resultados da força-tarefa, que foi acordada com a participação do Deputado Jean Wyllys e da Deputada Liliam, representando a CPI. E houve um compromisso da Delegada, da Chefe de Polícia Civil do Rio de Janeiro, de que haveria essa força-tarefa para descobrir as ossadas e tal, enfim, o DNA das ossadas e tudo o mais.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência também se comprometeu em auxiliar no que for possível.

E nós vamos então solicitar um agendamento. Não há necessidade de um novo requerimento porque já foi aprovado anteriormente.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - O.k.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - É o mesmo requerimento que a gente utilizou para a outra vez. E, aí, nós vamos ao Rio de Janeiro para poder fazer essa reunião e tal, enfim...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Ah, então vai junto? É por isso que eu pedi pra que essas notas taquigráficas ficassem...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu acho que vem junto.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - ... para poder ficar registrado, porque, da outra vez, nós fomos lá e não tinha as notas.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Então nós vamos fazer o seguinte: nós vamos, numa visita oficial da CPI — a gente pode aproveitar para fazer outras diligências —, para o Estado do Rio de Janeiro colher os resultados desta força-tarefa. Houve o compromisso dela de efetivá-la, está certo, Deputado Jean?

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Presidente...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - E nós vamos encaminhar para o CDDPH as notas taquigráficas do que for público e o relato da reunião do Rio de Janeiro, porque não tinha ali serviço de taquigrafia naquela ocasião.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Mas eu envio.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - V.Exa. envia, e aí fica a responsabilidade de Francisco encaminhar para o CDDPH. Está certo?

Mais alguma coisa, Deputada Liliam?

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Sim, só para acrescentar, Erika, que nesse dia também nós vamos ouvir o Secretário da Comissão da Criança e do Adolescente de Campos sobre o caso das meninas de Guarus — nós vamos ouvi-lo também —, e que nós desmarcamos o nosso compromisso, a nossa agenda com a CBF, no dia 24 de fevereiro, porque está muito apertada devido a esta viagem a Coari — estes fatos novos —, pedindo para remarcar logo após o carnaval.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

Então, com essas informações e agradecendo a presença a todas e a todos nesta reunião, nós informamos que na próxima semana não haverá reunião ordinária desta CPI, em princípio, a não ser que haja alguma em urgência, em função da viagem que faremos ao Município de Coari.



Deputados, eu gostaria que pudessem ter acesso e analisar a proposta inicial de roteiro, para que nós pudéssemos fazer os ajustes necessários. Esse roteiro nós também iremos fornecer à representação do CONANDA, para discutirmos juntos. Está ótimo?

Então, com estas informações, declaro encerrada a presente reunião.